

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E RELAÇÃO COM O SABER: DIALOGANDO SOBRE O SENSO COMUM À LUZ DE DUAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Carlineide Justina da Silva Almeida
Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação
(PPGE), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
E-mail: carlaalmeida_rn@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão que envolve as vertentes teóricas de pesquisa no contexto das ciências Humanas, tem se constituído sobre um paradigma que envolve reflexões e críticas por parte de alguns pesquisadores que discutem sobre asperspectivas e os conceitos que melhor identificam e sustentam os elementos de seus trabalhos. No entanto, esses embates teóricos suscitam ainda nos pesquisadores uma busca para adotar determinada vertente de pesquisa para embasar suas teorias e análises.

Nessa direção, este trabalho objetiva construir uma linha de pensamento sobre a correlação entre duas teorias constituídas em distintas épocas mas que tem como foco o conhecimento do senso comum. Portanto, envolverá uma discussão sobre a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1976) e a Teoria da Relação Com o Saber, elaborada por Charlot (2000).

REPRESENTAÇÃO SOCIAL, RELAÇÃO COM O SABER E SENSO COMUM: O PERCURSO METODOLÓGICO

Como já foi mencionado anteriormente, o presente trabalho tem por finalidade identificar as relações existentes entre as estruturas de análises da Teoria das Representações Sociais e da Relação com o Saber, partindo da perspectiva de superação da dicotomização entre Ciência e Senso Comum.

Ambas as teorias buscam evidenciar que os indivíduos utilizam para construir seu conhecimento acerca da realidade elementos tais como opiniões, valores e atitudes que lhes são partilhadas socialmente e levam a construção de relações e imagens, valorizando e desconstruindo os ideários que permeiam e/ou tornam a ciência mais importante que o senso comum.

Para essa investigação utilizamos a revisão bibliográfica fundamentada especialmente em Charlot (2000) e Moscovici (1976) e, na dimensão empírica utilizamos, a pesquisa Qualitativa de cunho Bibliográfico. A pesquisa qualitativa investiga fenômenos humanos e se caracteriza por descrever e analisar acriação e de significados a coisas e pessoas.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...] (MINAYO, 2010, p. 03).

Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador não pode adiantar comentários, sua intenção será compreender de forma global os fenômenos, ou seja, o pesquisador deve se envolver com o universo pesquisado para tentar compreender o objeto em estudo. (PIVELLI, 2006).

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E RELAÇÃO COM O SABER: AS CORRELAÇÕES TEÓRICAS

O conceito de Representação Social (RS) foi elaborado por Serge Moscovici (1976), a partir do conceito de representações coletivas de Émile Durkheim (2001). Para Durkheim, a representação coletiva tem fatores extra/outros que ajudam na interpretação dos fenômenos, enquanto a representação individual se caracteriza pelo pensamento específico único.

No entanto, as representações a medida que são coletivas desempenham também um fator elementar sobre o indivíduo, a coerção. A coerção é considerada por muitos pesquisadores uma alienação, pois conduz os sujeitos a pensarem e agirem homogeneamente, reproduzindo e partilhando saberes entre os grupos, transcendendo assim o individual.

Nóbrega (2001) ressalta que Durkheim atribuiu às representações coletivas três condições básicas: a objetividade, que autoriza aos sujeitos inferir a mente determinada posição em relação à consistência de importância do elemento; a condição de estáveis, ou seja, a representação não muda, deve ser reproduzida e transmitida sempre, e as representações coletivas assumem a condição de autônomas, pois a forma como as mesmas são elaboradas e difundidas permite concluir que as mesmas são regidas por leis/normas.

Nóbrega (2001), aponta que essa interpretação realizada por Durkheim (2001) sobre o social, fez com que os escritos do mesmo fossem considerados lacunares perante a comunidade científica. Os estudos de Nóbrega (2001) revelam ainda que às limitações Durkheimianas foram consideradas um importante objeto de estudo para o sociólogo francês Serge Moscovici (1976), que percebeu dentre outras possibilidades um vasto campo de pesquisa promissor para a construção da Teoria das Representações Sociais.

Entretanto, a principal diferença entre os dois conceitos se justifica porque, para Moscovici (1976), ao contrário do que pensava Durkheim (2001), as representações não são elaboradas coletivamente nem são homogêneas, elas são sociais, pois são construídas pelos indivíduos de maneira heterogênea, e que cada sujeito partilha de uma mesma ideia de maneira diferente, podendo transformar suas concepções quando julgar necessário. Por isso, entendemos as RS como:

[...] um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas o equivalente em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 2012, p. 181).

Desse modo, podemos dizer, com Moscovici (1976), que as RS são consideradas como um conjunto de ideias, informações, atitudes e imagens que contribui para a formação da conduta dos grupos e de seus indivíduos em relação à sociedade, através das contribuições que os meios de comunicações também lhes oferecem.

O conceito de Representação Social foi posteriormente estudado e ampliado por Abric (2001, p. 156), que de acordo com sua concepção torna-se:

“um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação”, o qual é formulado pelos sujeitos de um dado contexto, visando transformar o que há de desconhecido nesse objeto ou situação em algo familiar a seu universo de relações.

Contudo, uma das funções que efetivam o processo de construção e partilha das representações sociais, é a formação de conduta do sujeito. Essa formação de conduta diz respeito exatamente à relação que o indivíduo precisa manter com o saber.

Desse modo, Charlot (2000), afirma que a aprendizagem sobre qualquer objeto de conhecimento é uma atividade sempre situada, espacial e historicamente, que não possui uma configuração única, pois são vários os tipos de aprendizagem que o indivíduo encontra no mundo. Esses vários tipos de aprendizagem são chamados pelo autor de **figuras do aprender**, e é por meio delas que o homem se apropria do mundo e, constrói suas representações.

Tais figuras tomam a forma de objetos, atividades e/ou dispositivos relacionais que vão constituindo o sujeito e estão sempre associadas aos processos de natureza epistêmica que compõem a sua relação com o saber.

Desse modo, existem três processos epistêmicos: o primeiro, segundo Charlot (2000), é o de **objetivação-denominação**, um movimento que ao mesmo tempo constitui um saber-objeto e um sujeito consciente de sua apropriação acerca desse saber, e é através desse saber que o sujeito constitui suas opiniões, compartilha suas ideias e constrói a representação desse conjunto de elementos que permeia o seu entorno, ou seja, sua realidade.

Com isso, o autor nos convida a pensar e contemplar significados e representações, na qual os indivíduos são convidados, de acordo com o mesmo, a estabelecer uma constante relação com o saber, impelindo-os a apropriar-se de fenômenos capazes de transformar e re-significar suas atitudes perante a sociedade.

Considerando os estudos das Representações Sociais, existem também dois termos importantes no contexto da estruturação: objetivação e ancoragem, ambos agem de acordo com o processo cognitivo que o sujeito realiza para tornar aquilo que é estranho em familiar.

Nesse processo, o sujeito recebe influência dos denominados Universos Reificados – UR e Universos Consensuais – UC. O universo reificado é onde circula a ciência, a teorização abstrata e a objetividade. Enquanto o universo consensual é onde encontram-se as práticas interativas do cotidiano, o senso comum, as representações sociais criadas a partir dessa interação vivida socialmente.

De acordo com Nóbrega (2001), o processo de objetivação consiste em transformar o objeto representado pelo sujeito em materializações, ou seja, em objetos reais.

A objetivação conduz, como se sabe, a tornar real um esquema conceitual, a duplicar uma imagem em uma contrapartida material, resultado que tem, inicialmente, um caráter cognitivo: o estoque de indícios e de significantes que uma pessoa recebe, emite e ativa no ciclo das infra-comunicações pode se tornar super abundante (MOSCOVICI, 1961/1976, pp. 107-108).

Para o autor, o processo de objetivação se constitui em fases denominadas de construção seletiva, esquematização estruturante e neutralização. De acordo com Nóbrega (2001), a primeira fase possibilita que o sujeito se aproprie de subsídios teóricos e científicos por meio dos objetos de comunicações a partir da realidade externada em virtude do senso comum.

Além disso, a objetivação também passa pela “esquematização estruturante”. Essa fase, para Nóbrega (2001), também pode ser cognominada de núcleo figurativo, esse processo permite identificar nível e a significação da representação. Esse procedimento permitiu que Abric (2001) organizasse a teoria do núcleo central, mais tarde aperfeiçoada por Flament (1989).

A última fase da objetivação é a naturalização, nela está conferida a realidade daquilo que outrora era abstrato, a mesma age, de acordo com Nóbrega (2001, p. 75), “como uma tela de fundo em que são refletidos os delineamentos figurativos que adquirem concretude na formação do novo conceito e sua relação com a realidade”.

Concomitante as relações entre RS e Relação com o Saber, encontra-se ainda o segundo processo diagnosticado por Charlot (2000) em relação a episteme do sujeito, a **imbricação do eu na situação**, no qual a aprendizagem

representa o domínio de uma atividade “engajada” no mundo. Esse engajamento do sujeito no mundo está atrelado abundantemente a estruturação de ancoragem citada na estrutura de significação de uma representação social.

O processo de ancoragem também é regido por uma condição estruturante, a atribuição de sentido, instrumentalização do saber e o enraizamento no sistema do pensamento.

A ancoragem permite incorporar o que é desconhecido para os sujeitos em uma rede de categorias que lhes são usuais. A esse respeito afirma Moscovici (2012):

Pelo processo de ancoragem, a sociedade transforma o objeto social em um instrumento que ela pode dispor, e este objeto é colocado sobre uma escala de preferências nas relações sociais existentes. Podemos dizer que a ancoragem transforma a ciência em um quadro de referências e em rede de significações (MOSCOVICI, 2012, pp. 170-171).

As imagens obtidas pelos sujeitos se caracterizam em elementos de formação cognitiva e cultural que lhes permitem autonomia, sentido, transformação e construção dos conhecimentos pré-existentes, deixando de ser apenas uma ideia para se transformar em entidade autônoma, concreta.

Contudo, constata-se que esse elemento apresenta plena relação com RS, pois o indivíduo não constroem suas Representações Sociais sem referentes, os mesmos necessitam direcionar em suas mentes os elementos de ligação que se transformam em pilares de suas novas representações.

Outro fator importante que a teoria da Relação com o Saber nos convida a pensar é o processo **distanciação regulação** em que o sujeito aprende a dominar uma relação e a regular a distância entre ele e os outros, e si mesmo, construindo reflexivamente uma **imagem de si**, a partir de suas emoções frente ao mundo e ao outro, no momento da entrada no aprender. Uma vez erguida, a imagem representa não somente os reflexos do indivíduo, sua conduta, suas opiniões e atitudes, mas, especialmente, a do grupo, uma vez que as RS são construídas coletivamente.

Esse processo nos impele a compreensão de que ambas as teorias, assumem uma condição de orientação das comunicações sociais que

abrangem e comportam uma interação e uma construção dos procedimentos simbólicos e ideológicos, já que o indivíduo tem papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela, pois ele também tem participação na sua construção.

Além das funções de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais destacamos que Moscovici e Charlot também defendem as funções identitária e justificadora.

Para os autores essas funções conduzem o sujeito a interpretar, no interior de seu grupo, imagens positivas e negativas, bem como compreender as relações por ele vivenciadas e partilhadas. Podemos assim dizer que, a dimensão identitária da relação com o saber está sempre delineada pelo aspecto social em que se encontra o sujeito.

Assim, vale salientar que as duas teorias sucintamente apresentadas demonstram em sua estrutura, que o senso comum, embora assuma um status diferenciado, não é menos importante que a ciência. De acordo com Feyerabend (1977), todo o conhecimento é válido, pois contribui para a construção de novos paradigmas, ao progresso de novos saberes. Os cientistas não podem estar presos a padrões rígidos de pesquisa, os mesmos devem se valer de outros princípios que não inibam o progresso científico e o surgimento de outras teorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos refletir sobre as relações estabelecidas entre duas teorias que valorizam o senso comum como objeto de investigação. Diante do exposto, entende-se que as duas teorias se constituem em fortes elementos de correlação no processo de reflexividade da conduta e das imagens que permitem aos grupos construir suas relações com a sociedade.

Portanto, ambas as teorias procuram mostrar através dos seus construtos e suas formas epistemológicas de análise que a ciência e o senso comum se retroalimentam para construção de novos conhecimento.

E para justificar esse comentário, Kuhn (1987) apresenta em seus escritos a importância dos paradigmas, que em sua visão se destaca como um conjunto de teorias, representações e compartilhamentos que os próprios cientistas desenvolvem acerca do mundo. Para o autor, a ciência emerge um conjunto de ações que ao ser processada transforma-se em uma corrente de paradigmas que envolve rupturas, crises e revoluções.

Logo, a popularização da ciência não pode ser entendida como banalidade, mas como oportunidades outras de reflexões e compreensão dos conceitos que podem contribuir para pensar a ciência como atividade coletiva que vale-se do senso comum para tornar-se o que de fato é, uma construção ativa de conhecimento.

REFERENCIAS

ABRIC, J. C. **O estudo experimental das representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001. p. 155-171.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad. de MAGNE, B. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 [Há uma edição mais recente dessa obra, oferecida pela Editora da Unesp, 2007].

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **A Psicanálise, sua Imagem e Seu Público**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 181.

NÓBREGA, S. M. da. **Sobre a teoria das representações sociais**. In: PAREDES, M.; ANTÔNIA, S (Orgs.). **Representações sociais: teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/Autor associado, 2001.

PIVELLI, S. R. P. **Análise do potencial pedagógico de espaços não-formais de ensino para o desenvolvimento da temática da biodiversidade e sua conservação**. São Paulo, 2006.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.b